



Trabalho (no) Feminino: (1850-1926) - Histórias dos Açores

Mulheres Singulares

Maria Joana de Freitas Pereira (Ponta Delgada, 13 de abril de 1880 – 3 de julho de 1966) - médica micalense, é considerada uma pioneira na área da radiologia em Portugal. Natural da freguesia de S. Sebastião, em Ponta Delgada, era filha de António Pereira e de Maria Amália d'Oliveira Freitas Raposo. Em conformidade com o registo de batismo, era neta paterna de André Pereira de Medeiros e de Margarida dos Anjos e materna, de Januário Fortunato de Freitas Raposo e de D. Flora Hermínia d'Oliveira. Tirou o seu curso de medicina, na então Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e, nessa altura, residiu na Rua do Calhariz, em Benfica e na Rua Cidade da Horta. Terminou o curso com 25 anos de idade, defendendo o "Acto Grande" a 12 de julho de 1905.

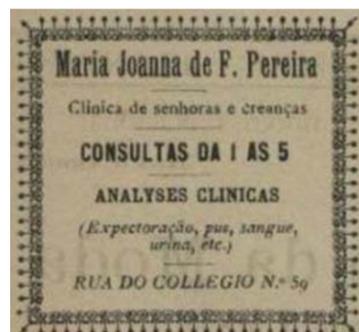
Após a implantação da República, em fevereiro de 1911, o Dr. Raúl Bensaúde, médico em Paris, fez uma doação de 500.000 reis à Misericórdia de Ponta Delgada, com o objetivo de implementar um Gabinete de Radiologia nesta cidade. Em maio do mesmo ano, a Mesa da irmandade, face à competência técnico-científica da Dr.^a Joana de Freitas Pereira, bem como à sua experiência prática, de três anos, ao serviço do Laboratório do Hospital de S. José, em Lisboa, deliberou convidá-la para o cargo de diretora desta Gabinete. Mais tarde, de acordo com Henrique de Aguiar, a radiologista viria a ocupar definitivamente o lugar, por concurso público, auferindo um vencimento de 240.000 reis anuais, acrescidos de uma percentagem da receita bruta dos exames pagos. A complexa manutenção do então Instituto de Radiologia Raúl Bensaúde, instituição de utilidade pública, foi possível graças aos apoios da Junta Geral do Distrito, da Misericórdia, do Banco Micalense e de muitos particulares, entre eles, a viúva do seu impulsionador, que, no final dos anos trinta, ofereceu novos e modernos equipamentos. Os minuciosos relatórios da diretora, acrescidos da sua preocupação em garantir os serviços do mesmo, foram outros dos elementos essenciais ao seu bom funcionamento.

Dedicada ao Instituto (depois de serviços prestados no laboratório de análises do Hospital), a Dr.^a Joana de Freitas Pereira, sem descurar os seus estudos e a atualização de conhecimentos, estenderia a sua ação aos cuidados da maternidade e da infância. Em 1926, foram aprovados, por alvará do Governo Civil, os estatutos da associação de Assistência Materno-Infantil de Ponta Delgada, com o objetivo de apoiar parturientes e crianças e de combater a elevada mortalidade que as atingia. A iniciativa terá sido de D. Beatriz do Canto, que se formara, em Paris, em enfermagem e puericultura, mas a concretização do projeto só foi possível graças à intervenção da Dr.^a Joana de Freitas Pereira. Por meados do ano seguinte, a mesma Associação, com o apoio da Misericórdia local, instalou uma enfermaria, numa dependência do Hospital, destinada exclusivamente a serviços de maternidade. Além de tudo isto, a Dr.^a Joana Pereira ainda dava consultas, a senhoras e crianças (acrescidas de serviço de análises), primeiro, na Rua do Colégio, n.º 50 e mais tarde, na Avenida Gaspar Frutuoso, onde mandou construir a sua residência.



► Comendadora, Dr.^a Maria Joana de Freitas Pereira. Foto: Col. Particular. Agradecemos a gentil cedência.

Em 1931, tornou-se numa das sócias fundadoras da Sociedade Portuguesa de Radiologia Médica, atualmente designada por Sociedade Portuguesa de Radiologia e Medicina Nuclear. Em finais de junho de 1950, por ocasião da visita do Ministro das Obras Públicas, a ilustre médica micalense foi condecorada com a comenda da Ordem de Benemerência, em cerimónia que decorreu no Palácio do Governo Civil e na presença de diversas entidades oficiais e de numerosos convidados, entre eles muitos colegas de profissão, representantes de instituições de



► Anúncio, de *O Estímulo*, n.º 7, 15/09/1907.

beneficência, familiares e amigos.

Maria Lamas, outro grande vulto feminino com destacadas funções no jornalismo nacional, dedicou a esta médica micalense, as seguintes palavras que muito nos apraz registar: "Simples, de uma simplicidade verdadeira que encanta desde o primeiro momento, a Dr.^a Maria Joana de Freitas Pereira vive inteiramente para a ciência e para a prática do Bem. É um exemplo admirável de inteligência, trabalho e bondade, que honra não somente a linda ilha que lhe foi berço, mas também a sua classe e o seu sexo, provando à evidência quanto podem valer um cérebro e um coração de mulher" (*O Distrito*, n.º 223, 30/01/1936).

Deixando um legado notável, a Dr.^a Joana de Freitas Pereira faleceu, na sua cidade natal, a 3 de julho de 1966.

Susana Serpa Silva

Recomendamos a leitura

Tendo como ponto de partida a Mulher Singular destacada no número de hoje - Maria Joana de Freitas Pereira, pretendemos recomendar ao leitor obras que versam sobre a presença de mulheres no mundo dos cuidados de saúde.

Em primeiro lugar, Florence Nightingale, uma figura, de certo, conhecida pelo público em geral, sobre a qual o autor Hugh Small se debruça em dois livros. O primeiro, de 1998, intitulado *Florence Nightingale, Avenging Angel* e o segundo, de 2017, intitulado *A Brief History of Florence Nightingale: and Her Real Legacy, a Revolution in Public Health*.

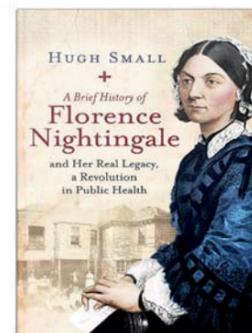
Da historiadora Helena da Silva, o artigo *As enfermeiras de guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1919)* de 2017, publicado no n.º 7 da Revista CEPHIS, que também poderá ser descarregada para leitura digital em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/as-enfermeiras-de-guerra-da-cruzada-das-mulheres-portuguesas-1916>. Neste artigo, a autora fala sobre a organização de um corpo de enfermeiras de guerra por parte da Cruzada das Mulheres Portuguesas e as suas dificuldades.

E, finalmente, de Maria do Rosário de Abreu Pereira Belo Francisco, a sua dissertação de mestrado *Enfermagem feminina em Portugal no contexto da Primeira Guerra Mundial: formação e prática assistencial*, de 2020, que pode ser descarregada para leitura digital em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/45374>. Nesta aborda a ação de mulheres portuguesas com objetivos de, não só, apoiar os soldados portugueses, mas também prestar apoio dentro do próprio país.

Havendo, certamente, muitas outras obras que poderiam ser recomendadas, esperamos que as que são aqui apresentadas sejam do agrado do leitor.

Boas leituras!

Bruna Valério



Sabia que...

Nos Açores, os serviços hospitalares remontam a finais do século XV, inícios do século XVI, por via da instalação das Misericórdias em diferentes localidades e ilhas. A mais antiga, a de Angra, na ilha Terceira, incluía um Hospital destinado, preferencialmente, a doentes pobres e às tripulações das caravelas e naus que ali procuravam abrigo e apoios de diferente natureza.

O Regulamento do Hospital da Misericórdia de Angra, datado de 1833, elencava o tipo de enfermarias existentes, bem como as funções dos enfermeiros. Entre os recursos humanos, deviam existir um mordomo, um capelão, um médico e um cirurgião, um farmacêutico, um enfermeiros e seus ajudantes e uma enfermeira com uma ajudante. Estas, naturalmente, estavam associadas aos tratamentos destinados a mulheres. O pessoal de enfermagem residia no próprio hospital e, segundo o referido regulamento, deviam ser pessoas de bons costumes, que soubessem ler, escrever e contar e com inteligência para cumprirem os seus deveres. Deviam começar as suas tarefas às seis horas da manhã, administrando os remédios aos doentes, fazendo as camas e cuidando da roupa suja. Às oito horas distribuam as "rações" a cada enfermo, conforme a dieta prescrita e que eram trazidas, em tabuleiros, pelos serventes. Às doze horas e ao final do dia eram servidas as restantes refeições, acompanhadas de nova medicação. As visitas do médico e do cirurgião eram acompanhadas pelos enfermeiros. Estes ainda cuidavam da admissão dos doentes, tratando de lhes lavar os pés, as mãos e de lhes cortar as unhas, se estivessem grandes. Por último, ainda acompanhavam aqueles que faleciam, com o auxílio dos ajudantes (*Regulamento Hospital d'Angra*, 1833:27 e ss).

Já o regulamento de 1903, do mesmo Hospital, definia, para os quadros, dois enfermeiros e duas enfermeiras, respetivamente para o serviço clínico de homens e mulheres, prevendo-se o cargo de diretor ou diretora dos serviços hospitalares. Os uniformes dos enfermeiros eram descritos como "blusa de brim e calça azul, calçado de tacaõ raso e sola flexível". Aos das enfermeiras acresciam outros detalhes: "blusa de brim que as cubra completamente, cingida por cinto de couro, calçado como o anterior" (*Regulamento Hospital Angra do Heroísmo*, 1903: 10). Neste documento sobressaem o maior rigor nos cuidados de higiene e também no cumprimento de regras morais e de serviços religiosos.

Relativamente ao Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada — que urge estudar profundamente — já na décadas de 40 e 50 do século XX, os serviços de enfermagem eram dirigidos, regulamentarmente, por uma enfermeira-geral, existindo também enfermeiras-chefes. Nota-se, pois, uma gradual tendência para a feminização da enfermagem, uma nobre profissão de mulheres, impulsionada por Florence Nightingale que se notabilizou, por meados do século XIX, com a prestação de cuidados a doentes durante a Guerra da Crimeia (1854-1856) e que, graças aos seus conhecimentos e estatuto social, conseguiu influenciar as políticas de saúde do seu tempo.

Nota: baseamo-nos na tese de Doutoramento de Luís Fernando Lisboa dos Santos, *Uma História da Enfermagem em Portugal (1143-1973). A constância do essencial num mundo em evolução permanente*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.

Susana Serpa Silva